CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Junho de 2013 como acontecimento político e espacial: enredos, efeitos e resíduos mobilizados

2013 June Brazilian protests as a political and spatial event: mobilized plotting, effects, and residues

Junio de 2013 como acontecimiento político y espacial: tramas, efectos y residuos movilizados

Gustavo Souza SANTOS

gustavo.ccpv@gmail.com

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Centro Universitário (FIPMoc – UNIFIPMoc).

Marcadas nos autos das mobilizações populares no Brasil como deflagradoras de novas dinâmicas e reflexões sobre a ação coletiva, as Jornadas de Junho de 2013 possuem um caráter caleidoscópico em termos de reflexão sociopolítica. As origens, a organização, a conjuntura e os efeitos dos protestos despertam debates de diferentes angulações. Aqui, concentra-se o olhar sobre seus desdobramentos com um acontecimento político e espacial, marcadores constitutivos de suas particularidades e tônica. Reflete-se neste trabalho a conjuntura insurgente e política dos atos, bem como sua envergadura espacial e espacializante. Em sua conjuntura, observou-se um desenho de mobilização marcado por práticas e performances marcadas por dinâmicas socioespaciais e que desenvolvem exercícios de visibilidade e insurgência que escapam ao cânone dos movimentos sociais e redesignam as feituras e os sentidos da pólis no tempo e no espaço.

Palavras-Chave: ***Insurgência; Jornadas de junho; Espacialidade; Citadinidade; Cidade.***

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.17317

Marked in the records of popular mobilizations in Brazil as triggering new dynamics and reflections on collective action, the 2013 June Journeys have a kaleidoscope character in terms of sociopolitical reflection. The origins, organization, conjuncture and effects of the protests arouse debates from different angles. Here, the focus is on its developments with a political and spatial event, constitutive markers of its particularities and tonic. This work reflects the insurgent and political conjuncture of the acts, as well as their spatial and spatializing scope. In its conjuncture, a mobilization design was observed, marked by practices and performances that dispute political exercises and by socio-spatial dynamics, develop exercises of visibility and insurgency that escape the canon of social movements and redesign the makings and meanings of the polis in time and space.

***Keywords:** Insurgency; June journeys; Spatitality; Citadinity; City.*

Marcadas en la historia de las movilizaciones populares en Brasil como detonantes de nuevas dinámicas y reflexiones sobre la acción colectiva, las protestas de junio de 2013 poseen un carácter caleidoscópico en términos de reflexión sociopolítica. Los orígenes, la organización, el contexto y los efectos de las protestas suscitan debates desde diversas perspectivas. Este trabajo se centra en su desarrollo como evento político y espacial, marcadores constitutivos de sus particularidades y tono. Se reflexiona sobre el contexto insurgente y político de los actos, así como sobre su alcance espacial y espacializador. En dicho contexto, se observó un diseño de movilización marcado por prácticas y performances caracterizadas por dinámicas socioespaciales que desarrollan ejercicios de visibilidad e insurgencia que escapan al canon de los movimientos sociales y rediseñan las construcciones y significados de la polis en el tiempo y el espacio.

***Palabras clave:** Insurgencia; Protestas de junio; Espacialidad; Citadinidad; Ciudad.*

1. Introdução

"Não é por R$0,20, é por direitos", sinalizava um dos múltiplos cartazes empunhados nas ruas ao longo de junho de 2013, a partir de São Paulo, mas em reflexo por todo o Brasil em uma odisseia de protestos que, quase uma década após seu fim, ainda desafiam análises e interpretações acerca de seu escopo, significado, legado e conjuntura (Chauí, 2013a, 2013b; Souza, 2015, 2016; Singer, 2013; Santos, 2017, 2021).

Os atos, que começaram localizados na metrópole paulistana a partir dos protestos do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa de transporte público e reivindicações por mobilidade e infraestrutura urbana, e alinhavadas em uma dinâmica pelo direito à cidade, foram ampliados por demandas sociais, econômicas e políticas de escopo amplo com contornos de todo o território nacional.

Por meio de flexões solidárias e um enxameamento sociopolítico, arregimentados pela visibilidade midiática tradicional e pelos laboratórios culturais das redes sociais on-line, o movimento cresceu, superou sua gênese e originou um movimento insurgente complexo em forma, conteúdo e consistência. Deflagram-se jornadas que tomaram o país, o imaginário social, os noticiários e as tribunas governamentais.

As manifestações conhecidas como Jornadas de Junho - já isoladas e ampliadas dos intentos do MPL - marcaram o período de 17 a 30 de junho de 2013 em 538 municípios, dos 26 estados e do Distrito Federal, reunindo cerca de 2,7 milhões de participantes, com reflexos em outras 73 cidades de 25 países (Santos; Cunha, 2018b).

Observa-se, destarte a turba midiática e a conversaçãopúblicaqueinsuflouoimaginário político, que junho de 2013 designou um evento-fenômeno que desafiou o espírito do tempo e a interpretação conjuntural do Brasil, sinalizando disputas, dissensões e atravessamentos interdisciplinares que permeiam o debate sobre mobilizações sociais, agência e potência das redes e a emergência de sujeitos e suas práticas insurgentes na contemporaneidade.

Desse modo, convém aproximar-se dos atos e repercussões de junho para analisá-los a partir de dois prospectos de base e que, arrolados, constituíram acontecimentos particulares de agência e insurgência: política e espaço. As ruas se viram atravessadas de práticas, estéticas e gramáticas mobilizadas particulares. O espaço como arena, constituiu-se como esteio de agência e potência para um movimento caleidoscópico em demandas, reprodução e repercussão, isto é, misto e simultaneamente contraditório em suas reivindicações, público e acepções.

Reflete-se aqui a conjuntura da mobilização como um acontecimento político e espacial, isto é, esquadrinhando sua produção e reprodução a partir dos marcadores constitutivos de suas particularidades, desde o seu conteúdo insurgente até sua envergadura espacial. Inicialmente examina-se junho como acontecimento político ante controvérsias e repercussões e, a seguir, orienta-se o olhar sobre as espacialidades entre escalas e territorialidades insurgentes.

O percurso metodológico incluiu exame cioso da mobilização em questão por meio de dados apurados pela fonte noticiosa dos jornais impressos de maior circulação no período: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. Os dados foram obtidos a partir de apuração do Instituto Verificador da Comunicação (IVC), filiado à Associação Nacional dos Jornais, considerando a circulação dos periódicos no ano de 2013. A circulação implica em posse, recepção e leitura do jornal por meio de múltiplos formatos de assinatura ou compra, fazendo que tais veículos possuam penetração social e poder de cobertura, consequentemente. A partir da narrativa factual e dos dados apurados, constrói-se o cabedal reflexivo para mapear o evento-fenômeno e sua repercussão caudalosa em aspectos espaciais e políticos.

2. O acontecer político de junho de 2013: da controvérsia à repercussão caleidoscópica

As Jornadas de Junho são marcadas pela conjuntura de protestos em série sob a liderança do MPL e que ganharam contornos multitudinários a partir das respostas governamentais, da repressão policial e da repercussão midiática. O

confronto localizado e a disputa de narrativas contribuíram para que o esteio amplificado e o ciclo de manifestações se desenvolvessem a partir das pautas iniciais e da visibilidade alcançada pelos esforços do MPL.

Em linha, 6 de junho é o marcador temporal inicial de visibilidade direta de protestos sobre o aumento da tarifa de transporte coletivo público em São Paulo (metrô, trens e ônibus), cujo aumento tinha aval do então prefeito Fernando Haddad e do governador Geraldo Alckmin. O valor passou de R$ 3,00 para R$ 3,20 e, conforme se noticiava, o reajuste ficou abaixo da inflação, em 6,7%, contra 15,6% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA (Folha de S. Paulo, 2013, p. C1).

O MPL, que já atuava em negociações com o governo e em protestos em frente à Prefeitura de São Paulo, ocupou importantes vias da cidade para se opor ao reajuste, reivindicar melhoria e a gratuidade do serviço e queixar-se da ausência de diálogo do governo. A pauta era factual, isto é, concentrada no aumento das passagens e suas consequências ao cotidiano do trabalhador que depende do transporte público na metrópole, mas como é corrente na insurgência, dispôs-se como signo de ignição para as bandeiras de mobilidade e da causa urbana.

O ato reuniu duas mil pessoas com concentração no Largo da Batata, irradiando-se pela Avenida Paulista, 23 de Maio e Nove de Julho, gerando interrupção das vias, interdições e fechamento de estações de metrô. A Polícia Militar foi chamada para conter os manifestantes, desencadeando confrontos que se acirraram com uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Prisões também foram executadas como resultado dos atos.

No dia seguinte, as manchetes noticiavam os atos, reforçando o confronto policial, qualificando os atos a partir de signos de desordem e, embora a pauta detonadora dos protestos estivesse presente na construção textual das razões de mobilização, o exame sobre a trajetória reivindicatória ou a conjuntura implícita no reajuste não foi discutida.

> *Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP (Folha de S. Paulo, 7 jun. 2013, p. C1).*
>
> *Protesto contra alta de tarifa para o centro de SP (O Estado de S. Paulo, 7 jun. 2013, p. 1).*
>
> *Protestos contra alta de ônibus em quatro capitais (O Globo, 7 jun. 2013, p. 1).*

Os dias que se seguem à primeira manifestação ganharam mais adeptos em outras cidades, sob contextos reivindicatórios similares, e sob aquiescência da repressão policial. O tratamento coercitivo, a ausência de resposta ou negociação ágil por parte do governo e a cobertura negativamente adjetivada da imprensa constituíram o estopim para a adesão e a multiplicação de protestos em consonância. Na progressão popular e escalar dos atos, outras pautas eram arroladas à demanda inicial.

Na progressão temporal, os atos se adensam até que em 17 de junho, as manifestações fazem emergir uma feição de ativação territorial, isto é, incorporando simultaneamente capitais e cidades de médio e pequeno portes por identificação, solidariedade e pautas em ressonância. As múltiplas bandeiras passam a circunscrever a reivindicação

pela garantia de direitos sociais, anticorrupção e demandas regionais. Os atos passam a devorar a pauta inicial do MPL crescendo para além de sua articulação pontual.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, projeto que daria prerrogativa de investigações criminais exclusivamente à polícia e limitando a ação do Ministério Público, "cura *gay*", debates sobre corrupção e reforma política, os gastos com a Copa do Mundo de 2014 que desencadearam levantes sobre cenários de saúde e educação passaram a povoar as ruas em gritos, palavras de ordem, cartazes e publicações indexadas sob nuvens de *hashtags*. O crescimento e a diversidade de pautas foram acompanhados em 17, 18 e 19 de junho.

Há que se chamar a atenção para o dia 19 de junho em que a redução da tarifa de transporte se verificou em São Paulo e no Rio de Janeiro, representando a primeira conquista dos atos. Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, em São Paulo, e Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, embora cedessem aos reajustes, reiteraram que a medida comprometeria investimentos nos estados, levando a cortes. A equação dos atos se complexificou: da repressão policial como desmobilização à legitimação dos atos, as ruas não verificavam um diálogo concreto dos representantes políticos com os significados que se desenhavam em atos replicados em todo o país.

A data de 20 de junho é notadamente outro marcador dos atos: observa-se uma fase de maturação com a transição de um momento episódico e pontual de protestos para uma reivindicação difusa, dotada de pautas diversificadas e tonificadas pela participação interestadual. A redução das tarifas do dia anterior não freou ou esvaziou as manifestações, mas dada a conjuntura de cobertura dos atos, gestos governamentais mal recebidos pelos manifestantes e a filiação expressiva pelo país, o escopo e o tônus se fortaleceram.

Diversos autores enxergam na data, a metamorfose derradeira das Jornadas de Junho. A proliferação de atos após a vitória da primeira demanda veio acompanhada da diversidade de causas (Campos Júnior, 2014; Gohn, 2014), amplificada por múltiplos recursos como cartazes, música e palavras de ordem (Barros, 2014; Lima, 2014; Mondaini, 2014), bem como rejeição de partidos e da cobertura midiática (Fernandes; Roseno, 2013) e a formulação da luta por mudanças sistêmicas (Scherer-Warren, 2014).

A data de 20 de junho marcou não só a escalada, ápice e maturação que levariam as Jornadas de Junho ao seu declínio, mas marcou a saída estratégia do MPL dos atos. Com a vitória do pleito pela redução tarifária, o movimento optou por se retirar. Entende-se que sua saída se deve não apenas pela vitória, mas pelo escopo ampliado dos atos que engoliram a própria lógica organizacional do movimento. Contudo, a participação do MPL como índice iniciador contribuiu para a modalidade de cultura política gestada a partir de então (Gohn, 2018).

Junho de 2013 como um acontecer político é marcado pela natureza renovada dos movimentos sociais, caracterizando novas manifestações e estas em rede; por um retorno e por uma recuperação do repertório de lutas, ressignificado pelas questões urbanas, tanto por seu mapa de conflitos como por sua ocupação simbólica; pela defesa da participação cidadã

e um interesse político exacerbado no episódico dos atos, mas genérico demais para impedir a diluição da diversidade da multidão.

O rompante dos atos que cresceu solidário e multiplicando-se em territórios urbanos diversos, disputando a narrativa midiática e governamental, ancorando-se na composição de uma multidão. Esta multidão, desejosa de mudanças, fazendo projetos por meio do reforço de laços socioespaciais (Hardt; Negri, 2005), constituiu-se de modo ruidoso, mas conflituoso.

Os sentidos políticos da primavera que se solidariza com a demanda pela mobilidade urbana - que abriga sentidos mais difusos do ir, do vir e das exclusões sociais - ganhou constituição caudal, a partir da reivindicação pelo direito a demandas plurais, destarte a variedade de pedidos vocalizados em todo o país. Contudo, essa pluralidade vocal entrou em atrito com sua própria polifonia. Isto é, as demandas de múltiplos subgrupos integrantes da odisseia não encontraram cooperação.

Embora os laços urbanos, sociais e políticos tenham constituído territorialidades solidárias e insurgentes, esse caráter utópico da multidão como entidade deflagradora da transformação não foi capaz de lidar com a herança sócio-histórica do país e com as divergências de formação e orientação de grupos sociais. Como adendo, o influxo político da participação social vivida episodicamente e defendida pelos sujeitos se deu de modo pulverizado e genérico, consequentemente criando circuitos de conflitos internos impeditivos sobre os próprios rumos.

A envergadura dos atos de junho de 2013 como unidade na diversidade - marcante no desdobrar das manifestações - pela imagem eloquente da multidão solidária e consonante, não se consolidou como uma frente de reconhecimento das diferenças em um sentido sociopolítico. Enquanto o circuito de protestos avançava, a diversidade e a pluralidade dos participantes revelaram divergências de conteúdo e demanda.

O apartidarismo como característica identitária do MPL se tornou uma etiqueta das manifestações, mesmo depois de seu desembarque do movimento e a amplificação das demandas. Porém, derivações foram verificadas, flexionando-se para uma rejeição a partidos políticos, a figuras de líderes políticos e ao antipartidarismo. Mesmo a presença de partidos entre filiados e seus signos não era tolerada nos atos.

Observa-se nesse contexto o intento de apresentar-se plural pelo apartidarismo, os atos incorreram na desmobilização, visto que os posicionamentos nos quais as agendas ganharam corpo foram deglutidas no conflito de autodefinição dos participantes. Ao sustentar o rosto multitudinário como fuga das práticas de siglas políticas, cuja imagem estava desgastada por casos de corrupção e crises de representatividade, a progressão dos protestos acabou por dispersar-se em sua própria conjuntura política.

Outros conflitos se ajuntaram aos atos como a interveniência de interesses corporativos sobre as demandas de classe (Scherer-Warren, 2014), bem como palavras de ordem autoritárias, se misturando ao influxo popular. Polos antagônicos se formaram na medida em que pautas progressistas e emancipatórias se cruzaram com

reivindicações autoritárias e elitistas. Este prospecto pode ter contribuído com o esvaziamento de demandas ou desgaste de orientação dos atos.

No campo das táticas e estratégias, oposições internas se verificaram entre aqueles que desejavam manifestações simbólicas e de ocupação, face aqueles que usavam de violência e depredação como estética e espetáculo. O anarquismo cibernético do Anonymous (Torinelli, 2015) e a frente antissistêmica dos Black Blocs (Novaes; Manso; Solano, 2014) operavam com táticas de violência, desordem e depredação como estratégia para a criação de palcos nos quais a agência era detonada por meio de atos violentos, chamando a atenção da opinião pública, da imprensa, do governo e do capital por meio da imagem do dado e do caos.

O intercurso inflamatório dos atos foi marcado pela produção de uma multidão territorialmente distribuída - como será discutido no acontecer espacial dos atos adiante -, porém a diversidade que marcava a unidade de uma frente reivindicatória una padeceu a partir de suas próprias características geradoras de volume sociopolítico, tornando seu desfecho carente de caráter propositivo prático ou na produção de utopismos claros - aspecto ainda a ser questionado em outro capítulo, acerca do que significa o fim efêmero e metabólico de uma mobilização em rede.

As Jornadas de Junho são frequentemente lidas apressadamente como um ciclo fortuito de protestos despolitizados e que justificam conjunturas políticas contemporâneas no Brasil, sobretudo no campo da proliferação de discursos autoritários e de extrema-direita. Contudo, sua corporificação como acontecimento político foge a restrições e enquadramentos comuns de manifestações populares, visto seu caráter caleidoscópico.

A metáfora do caleidoscópio é premente. Imagens sociopolíticas se alternavam produzindo desenhos reflexivos e prismáticos de uma conjuntura comum, mas marcada por combinações variadas, não homogêneas, cuja visão se altera a depender da angulação. Como circuito de atos, junho de 2013 revelou agrupamentos diversos inscritos em uma tessitura originária comum, a fornecer subsídios para seu desenvolvimento.

Na rua, entre *hashtags*, estiveram em marcha grupos com sua autonomia, demandas, práticas, estéticas e gramáticas circunscritas em um mesmo evento-fenômeno. Todavia, o primeiro anelo confesso entre os dias de protesto - marcados nos atos pré-evento e pós-evento - é o direito à liberdade de manifestar-se. Esse anelo pode ser compreendido como um anseio a construir a realidade por participação voluntária e expressão livre, ameaçadas por conjunturas decisórias temerárias - como o aumento das tarifas, o diálogo representativo diante dos casos de corrupção e demandas socioeconômicas já conhecidas do imaginário brasileiro.

Nesse encontro de grupos e performances, a rua se mobilizou, mas mobilizou outras instâncias ausentes ou alvo dos atos. E aqui se estabelece a interface caleidoscópica, em duas relações: entre manifestantes, direitos políticos e sistemas representativos, e no papel da imprensa e a comunicação alternativa nas manifestações. Nesse sentido, os atos provocavam instabilidades que não apenas demandavam respostas ou feitos consumados, mas põem em xeque

tramitações políticas e narrativas midiáticas. Reflexos dessas instabilidades de 2013 podem ser observados quase uma década depois.

Os manifestantes se articularam com muita evidência e veemência contra a corrupção, questionando representantes, os sistemas políticos e desejavam o exercício de expressar-se nas ruas. As respostas políticas (repressão policial, pronunciamentos, legitimação dos protestos e modificações a curto prazo, como o cancelamento do reajuste do transporte público) foram porosas e insuflaram a indignação insurgente que acabou por provocar atordoamento e dissabores no campo político, governamental e partidário.

Isto se verifica antes, durante e, sobretudo, depois das manifestações. Antes, pela repressão policial como medida de desmobilização e deslegitimação dos atos, revelando frágil traquejo para o diálogo e compreensão de atos populares. Durante, por meio de pronunciamentos como recurso de contenção e estancamento público-midiático ou com a surpresa da continuidade, mesmo com recuos. Depois, pelo dissenso de como a revolta poderia ser interpretada e o que se deveria fazer com seu resíduo.

Nesse sentido, a proposta de um plebiscito por reformas, que se afiguravam como uma forma democrática e participativa de decidir projetos de país, gerou resistências entre parlamentares, fazendo arrefecer respostas e interpretações consequentes de junho. A atuação letárgica durante os atos, pelo vórtice do modus político brasileiro, continuou, relegando a pedagogia das ruas a um momento episódico de aventura, sem implicações práticas.

As reivindicações alocadas no campo de políticas sociais como saúde, educação, emprego, mobilidade urbana, políticas de raça e gênero foram amortizadas na arena ideológica e do fazer político representativo. Por certo que as pautas, embora amplamente aceitas, eram multilaterais e genéricas. O que se reflete é que o som audível das vozes acerca dessas pautas não conseguiu, por letargia, constituir esforços práticos de políticas públicas e investimentos. Aqueles que não foram às ruas, as assistiram, leram e tuitaram, posto que mobilizações são telas que proporcionam experiências sociopolíticas instrutivas.

Do campo político ao midiático, a cruzada narrativa destaca-se como característica notável do período. A cobertura dos atos pela grande mídia se viu sob o empuxo de forças marginais de comunicação. O quadro se deu por meio de mídias (tradicionais e alternativas) e redes sociais (*on-line* e *off-line*). O contexto midiático forneceu uma camada comunicacional particular aos protestos, na medida em que a narrativa tradicional era ambígua, a narrativa autocentrada nos manifestantes produzia circuitos alternativos capazes de gerar curto-circuito na força da grande mídia.

No plano das mídias, a imprensa desempenhou um papel ambíguo no decorrer das manifestações. A narrativa convencional de tratar movimentos sociais e atos populares com suspeição e até criminalização cedeu espaço a narrativas benfazejas e elogiosas sobre os significados sociopolíticos

do momento. No entanto, ao que a princípio pareceu um ajuste de enfoque editorial, mostrou-se melhor como uma tergiversação sobre a substância desafiadora do momento.

Ora, o desafio estava entre reconhecer a legitimidade dos protestos posto seu teor e a solidariedade multiescalar que causava comoção, ou incutir narrativas de criminalização diante dos cenários de violência (como no debate sobre Black Blocs). Na dificuldade de definir tratamentos pela própria complexidade interpretativa do sobressalto do momento, a controvérsia midiática gerou dúvidas e sob suas brechas, circuitos alternativos de informação atuavam.

O usufruto das redes sociais *on-line* criou mapas e rotas de atuação diante da oferta informativa. As ruas produziam sua própria narrativa, dispensada entre *hashtags,* eventos em plataformas e transmissão de orientações práticas, tal qual um reduto similar a uma trincheira de informação, mas que se revelou laboratório cultural e de ação. Alternativamente, outras narrativas eram produzidas, gerando fissuras no tratamento midiático tradicional.

Esse processo permitiu o aumento do capital político-cultural dos atos sob o contraste do que se vivia e assistia nas ruas com o que se via e lia nos postos de comunicação institucionalizada. Às redes sociais *on-line,* soma-se seu rebatimento por meio das redes sociais *off-line.* As próprias ruas produziam e processavam informações cuja estrutura é notadamente menor do que a hegemônica tradicional, mas dada sua característica alternativa, alçou poderes de confronto e disputa.

Nesse ínterim, não só a operação anônima exerceu influência, mas grupos como a Mídia Ninja, Fora do Eixo e movimentos pela democratização da informação por meio de coberturas em tempo real e mais próximas das manifestações (Fônseca, 2013; Fontanetto; Cavalcanti, 2016). Novas formas de tratamento da informação, cobertura, apuração e difusão foram percebidas, tornando as redes (e também as sub-redes) redutos de fermentação e circulação de ideias sobre os acontecimentos.

Como um acontecimento político, as Jornadas de Junho de 2013 não podem ser compreendidas por caminhos unificados ou por meio de percursos que buscam homogeneizar os atos em campos de análise. A pujança das manifestações está, sobretudo, em sua característica de expor tensões, causar instabilidades e revelar os problemas contemporâneos - dissabores locais e globais, economia, Estado, política(s) e crises - em fractais materiais e imateriais.

Mendonça e Bustamante (2020) destacam que o autonomismo foi o principal ponto de partida para analisar as manifestações. Os autores destacam que a rejeição à hierarquia, o apreço à horizontalidade e a possibilidade de produção comunicativa autônoma criou um imaginário contencioso, capaz de permitir a articulação de repertórios conflitantes - em termos políticos, ideológicos, táticos e de classe - em um mesmo abrigo de manifestação.

Passando do imaginário autonomista, Singer (2013) sinaliza que as dinâmicas ideológicas foram importantes para a compreensão do complexo desenho de junho. Enquanto as esquerdas se concentravam em demandas materiais, as direitas se orientavam pelo combate à corrupção e o centro partiria de uma lógica oposta

ao status vigente a promulgar novas perspectivas a superar hábitos antigos, considerados ultrapassados. Para o autor, uma combinação materialista e pós-materialista pode caminhar concomitantemente nas ruas.

Mendonça (2017) lê as manifestações como expressões multitudinárias polifônicas que, na diversidade, se encontraram em um comum: colocarem-se nas ruas solidariamente. Para o autor, a sucessão de acontecimentos estabeleceu uma significação convidativa para a ocupação das ruas por meio da copresença, mesmo marcada por ideais conflitantes. No acontecimento social dos protestos, um comum se estabelecia como um festim para diferentes sujeitos e agendas.

Ricci e Arley (2014) fazem leituras de causas entrecruzadas e complexas na produção do acontecer político de junho de 2013, produzindo aproximações que não bastam a si mesmas. O esgotamento do modelo estatal-desenvolvimentista por meio de um desequilíbrio interno de forças, a ascensão de uma cultura conservadora advinda de camadas abastadas e das "novas" camadas médias que se indispuseram com os sistemas de representação e o próprio esgarçamento das instituições públicas produziram o caleidoscópio do momento.

3. Junho de 2013 como acontecimento espacial: das territorialidades insurgentes à transescalaridade

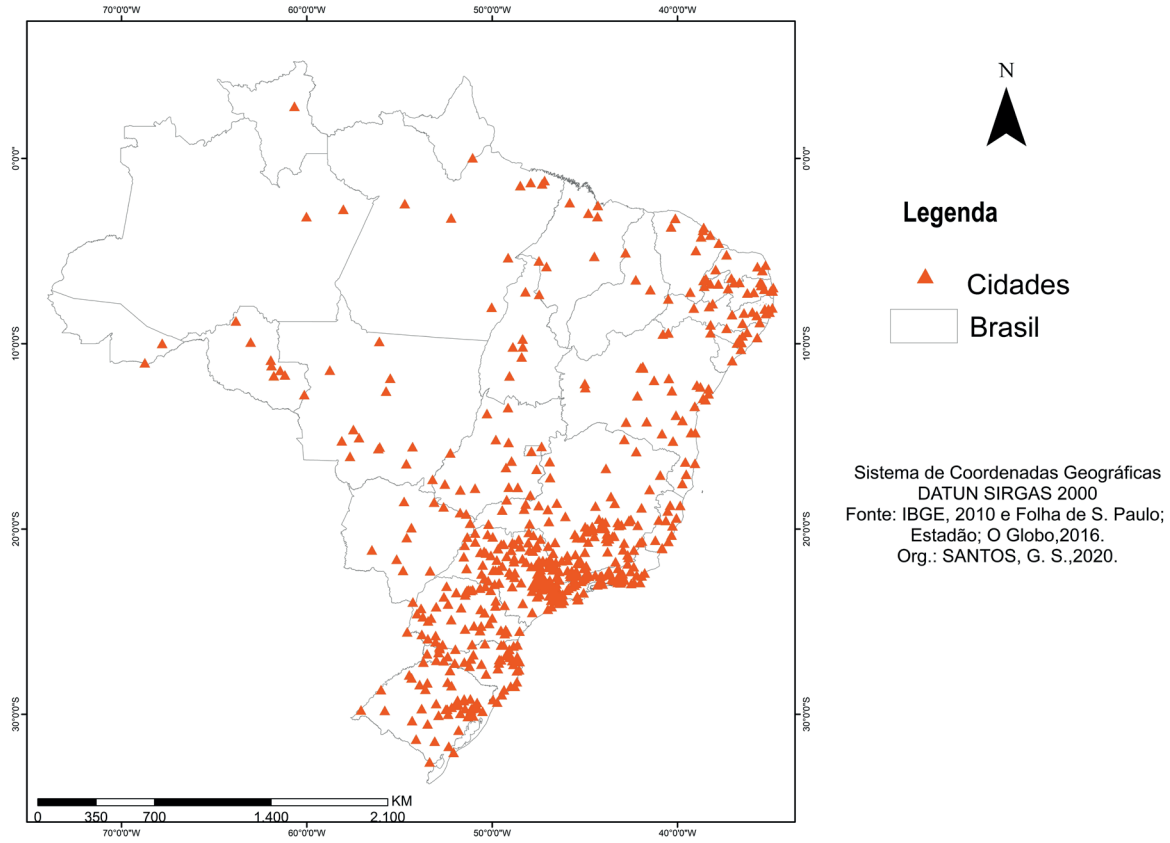
As manifestações foram particularizadas por início concêntrico e radicado em São Paulo, justificado pelos intentos do MPL e pela demanda do estado com o aumento de R$ 0,20 na tarifa, sendo capitaneado como índice ígneo para o detonamento dos atos subsequentes. Por flexão de iniciativas de mobilizações similares, o Rio de Janeiro começou a figurar como outra capital ao conferir contornos maiores à conjuntura dos protestos.

Com a metrópole paulistana como epicentro, Rio de Janeiro como segunda adesão, outras capitais formaram a propagação satélite dos atos, difundindo-se para além do espectro centro-sul do país. Manifestações foram registradas em 538 municípios brasileiros. Além das capitais, cidades de regiões metropolitanas, de pequeno, médio e grande portes se juntaram à configuração espacial das jornadas. Atos foram realizados também em 73 cidades de 25 países: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia e Suíça.

A estimativa remonta a cerca de 2,7 milhões de participantes nas ruas (G1, 2013). A partir do mapa na Figura 1, observa-se a distribuição espacial dos protestos no período compreendido pelas jornadas. Do eixo Sudeste, flexões do centro-sul e reflexos no Nordeste e Norte podem ser acompanhadas. A odisseia, que tem início no contexto paulistano e grandes cidades, ganhou viscosidade nas contraturas e rugosidades de outros municípios, com seus gritos regionais.

São Paulo forma o primeiro nó de detonação que se esparge com mais força sobre cidades do Sudeste e Sul do país. No Nordeste e no Centro-Oeste,

Figura 1. Localização dos protestos por cidade e estado no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

a reprodução é mais esparsa, tendo o Norte menor participação. A difusão dos atos desencadeou uma ascendência entre estados e municípios, criando um efeito radicular não apenas em termos de localização, mas o conteúdo sócio-histórico e econômico foi ancorado paulatinamente, sendo posto em evidência na sequência dos atos.

Compreendendo com Certeau (2014) o mapa como mais do que um documento de relato e registro, mas como uma travessia delineada pelas demarcações, a distribuição espacial dos protestos de 2013 se adensa pela narrativa factual, mas sobretudo pelo conteúdo socioeconômico detonado pela ocupação das ruas, sob a acuidade das rugosidades que, por sua vez, emprestam testemunho sócio-histórico para que a progressão espacial se torne política. Isto é, os arrochos sociais de emprego, renda e serviços públicos (saúde, educação, transporte) são patentes não apenas na experiência social, mas estão espacializados nos itinerários cotidianos e nos lares dos sujeitos.

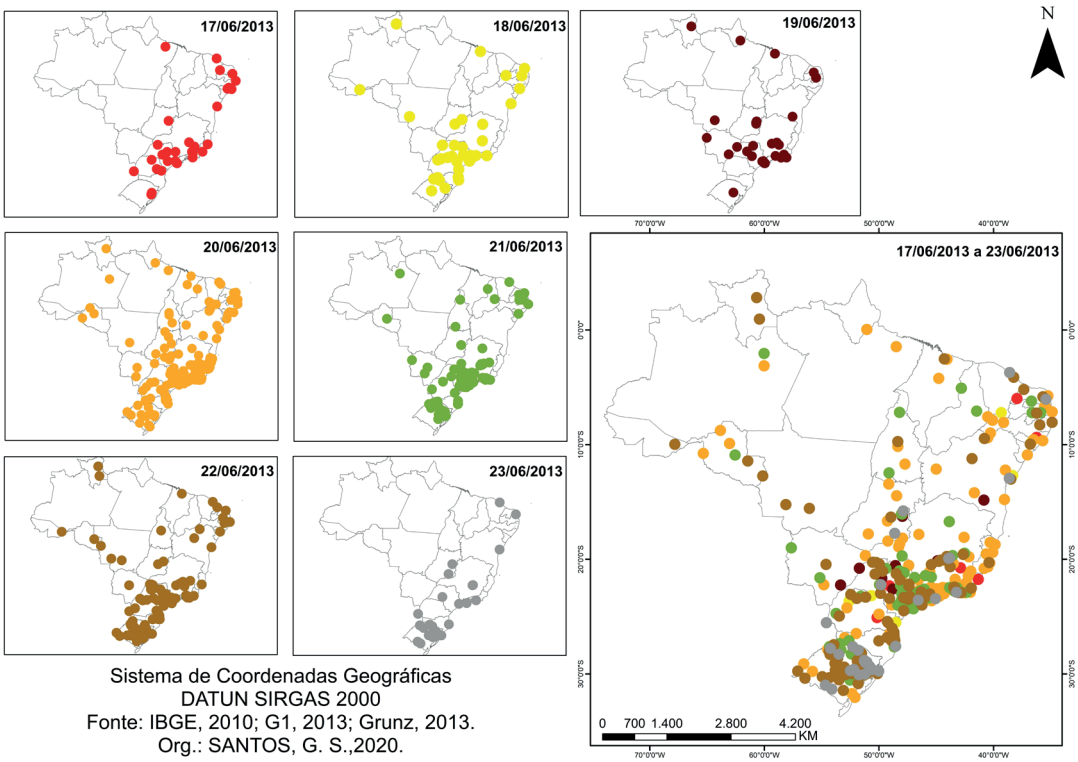
O testemunho incendiário dos primeiros atos espargiu fagulhas sobre outros contextos urbanos além das capitais e metrópoles, não apenas

como performance, mas depositando-se sobre as conjunturas circunstanciais que são próprias da formação de cada município ou região. E nesse percurso, tais contextos, entrelaçados sob programas de desenvolvimento e narrativas comuns à solidariedade imanente da categoria povo que, no adjetivo brasileiro, encontra seus comuns na partilha das vivências cotidianas, faz de junho um acontecer espacial.

O crescimento da onda de protestos se estabelece em 17 de junho, tendo a capital paulista como vitrine principal (Figura 2). No estado, outras oito cidades de pequeno e médio portes registraram atos. Outros 10 estados e o Distrito Federal manifestaram ocorrências no primeiro dia de jornadas: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Minas Gerais foi o único estado, além de São Paulo, a registrar atos fora das capitais, com ocorrências em três municípios de pequeno e médio portes junto à capital Belo Horizonte.

Os estados do Acre, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Roraima e Santa Catarina estrearam nos atos em 18 de junho. Cidades de

Figura 2. Evolução e cobertura dos protestos de 17 a 23 de junho de 2013



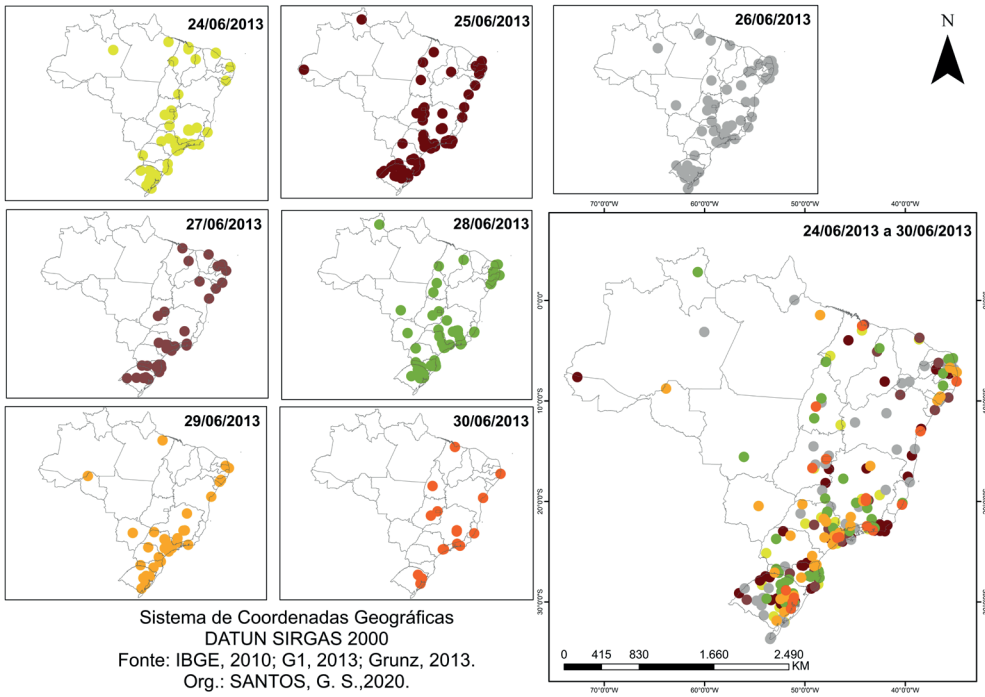
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

pequeno e médio portes catarinenses e sul-matogrossenses registraram atos, para além de suas capitais. Continuaram com manifestações - em capitais e cidades de pequeno e médio portes -, os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A entrada do Amapá e do Mato Grosso nos atos passa a ser verificada em 19 de junho, já os estados do Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe integram as jornadas em seu quarto dia. Observam-se continuidades nos estados do eixo Sul-Sudeste. A partir de 20 de junho, os atos inauguram uma nova fase com a supressão do aumento das tarifas de transporte público em diversas localidades, com o desenvolvimento de atos polifônicos e com demandas diversificadas, não cessando com a negociação do pleito inicial.

O estado do Tocantins só figurou nos protestos em 21 de junho, ativando todas as unidades federativas. O dia 22 de junho guarda ressonância com a fase pós-suspensão do reajuste tarifário, apresentando capilaridade e continuidade em todos os estados, sob o empuxo de capitais e outros municípios. O arrefecimento começa a ser acompanhado a partir do dia 23, com a diluição de pautas e esgarçamento de contradições endógenas. Na semana final (24 a 30 de junho), os atos começam a se pulverizar, indicando o desfecho do ciclo de protestos, como se observa no mapa da Figura 3:

Figura 3. Evolução e cobertura dos protestos de 24 a 30 de junho de 2013



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul testemunharam ocorrências em todo o período. Brasília só deixou de registrar atos nos dias 21 e 29; Mato Grosso, Pará e Sergipe registraram ocorrências apenas em suas capitais, ao contrário dos demais estados. De 24 a 29 de junho, manifestações ainda foram acompanhadas nos 26 estados do país, tendo o dia 30 como o derradeiro e marcador do declínio dos protestos como corpo mobilizado, sob a premissa inicial. Atos subsequentes foram acompanhados em menor volume e dissociados dos pleitos iniciais.

Tendo São Paulo como nó central dos atos, a arqueadura se mostrou mais volumosa entre o Sudeste e o Sul do país. A mancha de atos, a seguir, encontra no Nordeste sua terceira maior trama, seguida do Centro-Oeste e da região Norte. A insurreição passa de um desenho localizado e monotemático, para um acontecer espacial territorialmente ativado e multidimensional. Nas ruas, os contrastes regionais do território brasileiro criaram alinhamento mobilizado.

A progressão dos atos em todos os estados do país sinaliza um processo de ativação territorial. O uníssono se forma na medida em que as singularidades de cada sujeito, cidade e região se enxergam em um processo de espelhamento, isto é, no contraste da situação particular, registra-se um singular que constrói uma trama comum. Essa trama do comum por meio das singularidades se infla na medida em que no ideário da multidão, a energia empreendida coletivamente ganha um estatuto político, mobilizador.

Quando vocalizam demandas que vilipendiaram as vivências e as trajetórias pessoais e dos seus (seja saúde, educação, emprego, mobilidade, seja redistribuição ou reconhecimento), os sujeitos configuram uma tessitura cujo significante é a multidão, que vive e assiste seus pares, territorialmente distantes em espaço, tempo e conjuntura, mas ao mesmo tempo contíguos e próximos pelo comum de vivências. E este comum possui propriedades territoriais.

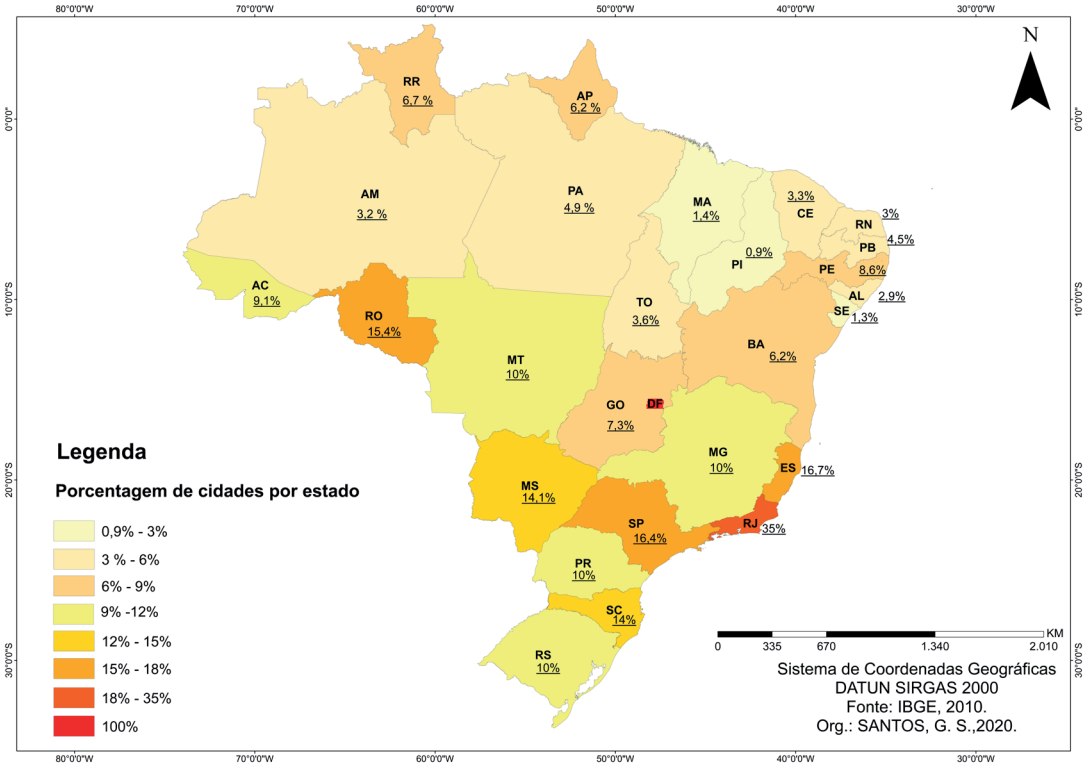
A sequência dos atos sinaliza um contágio que se pauta por meio da solidariedade mútua. Reconhecendo-se no comum das vivências de suas realidades, os manifestantes interpolam uma força multitudinária recíproca. Na reciprocidade dos sujeitos que, na insurgência partilham contextos adversos e/ou reclamam melhores condições para outros contextos de vida, forma-se uma soma de comunidades autorreferentes e unidas em solidariedade política, mesmo que distantes geograficamente.

A diversidade histórica, geográfica, econômica e cultural é alinhavada por meio de uma unidade sociopolítica multitudinária, fruto do acontecer político. Ao se acionarem como sujeitos, cria-se uma senda psicodinâmica de identificação com outras multidões, corporificando uma onda territorial relacional. Por meio do acontecer político de múltiplas vozes e variados contextos em uma mesma cena, desdobram-se territorialidades insurgentes (Santos, 2017; Santos; Cunha, 2018a).

As territorialidades insurgentes de junho de 2013 podem ser observadas em outro ângulo, a partir do contingente de protestos, em

densidade e participação, revelando retratos por estados da condição escalar das manifestações. Dos municípios que compõem os estados brasileiros, estabeleceu-se uma relação de volume de participação dos municípios - percentual de cidades com mais participação nos atos por estado - para retratar a conjuntura dos atos, como denota a Figura 4:

Figura 4. Densidade de participação dos estados nos protestos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os 10 estados com maior participação nos atos por número de cidades participantes - respeitando o quantitativo de municípios das unidades federativas isoladamente - foram Rio de Janeiro (35,9%), Espírito Santo (16,7%), São Paulo (16,4%), Rondônia (15,4%), Mato Grosso do Sul (14,1%), Santa Catarina (14%), Paraná (10,8%), Minas Gerais (10,8%), Rio Grande do Sul (9,9%) e Acre (9,1%). Notadamente, Sudeste e Sul detém o maior volume de participação.

Considerando o contingente regional, a região Sudeste obteve um volume de municípios participantes de 14,3% (238 municípios), seguida da região Sul com 11,2% (133 municípios). As regiões Centro-Oeste e Norte registraram 9,4% (44 municípios) e 5,8% (26 municípios),

respectivamente. Por fim, 3,8% (69 municípios) remontam à participação do Nordeste. Quase 10% da população dos municípios brasileiros foi às ruas.

A escala localizada no eixo paulistano fixou nós que delimitam arcos em capitais do eixo Sudeste-Sul, deslocando-se a seguir para as demais regiões do país, abarcando capitais e cidades de diversos portes. Diferentes camadas escalares se estabelecem a partir do influxo derivado do MPL na capital paulistana. Emergiu uma política de escalas sob as feições de uma trama de escalas. Ao invés de negociações e ajuizamentos para um processo escalar, nota-se uma tessitura que reifica a espacialidade presente no ciclo de protestos (Cox, 1998; Souza, 2013). A escala - ou multiescala - mesma torna-se instrumento de visibilidade e insurgência por suas dimensões e atravessamentos, demonstrando seu caráter multitudinário, sua ativação territorial e atravessamentos socioespaciais.

Ao invés de um processo escalar linear ou contíguo, desvelam-se multiescalas que, guardadas as particularidades locais, se ativam simultaneamente por um movimento que cria uma arena para que agentes em diferentes recortes do espaço se movimentem em uma política espacial de ação. Nesse sentido, a envergadura do volume, densidade e ampliação sequencial de manifestações possui um conteúdo sociopolítico em que a escala remonta à potência.

Em junho de 2013, a combinação entre contextos e substâncias locais, regionais e nacionais se entrecruzam e se articulam para produzir uma escala múltipla. Isto é, ao mesmo tempo em que protestos eclodem em diferentes níveis de escalas, e nestas por meio de diferentes camadas, uma unidade política como arena se monta. Nesta arena, o conteúdo diverso - manifesto em demandas, vozes, grupos e participantes - dos protestos atravessa sua progressão temporal, gerando um processo transescalar.

O efeito transescalar - a unidade de diferentes escalas em sincronia mobilizada - é possível a partir das dinâmicas em rede encontradas nos planos escalares dos atos. Contudo, essa experiência de mobilização em que a simultaneidade de atos dialoga com a diversidade local foi apreendida a partir dos atos do MPL, que capitanearam o estopim do evento-fenômeno. Esse aprendizado contingencial, no entanto, se deu pela solidariedade germinada das vivências testemunhadas pelo olhar público e midiático dos primórdios das jornadas.

Considerações finais

Pode-se depurar que esta mobilização - marcada como um fenômeno extensivo e ostensivo por sua recência e particularidade - constitui-se de espacialidades e políticas de insurgência e de citadinidade particulares (Agier, 2011; Holston, 2013; Certeau, 2014). A dinâmica das redes ofereceu à mobilização ambiências de processamento da ação sociopolítica e dos sentidos de insurgência, sob o influxo dos contextos explosivos que ressoavam nos atos, a partir de seu estopim. O resultado prático é uma mobilização aquiescente, cuja potência reside em sua efervescência e volatilidade.

Na multiplicidade de participantes e de agendas postas nas ruas, diferenças foram evidenciadas em discurso, intenção e projeto. Contudo, as particularidades que desenvolveram a movimentação, colocam os atos de 2013 em um cenário particularmente diferente, em que o singular é múltiplo, o integrado é plural e a unidade é diversa. A controvérsia foi um marcador central das mobilizações.

Destarte os primeiros impactos, uma aderência inesperada é sentida com múltiplos focos de protestos sendo relatados não apenas no estado paulista, mas em outras partes do país, não restritos também à região Sudeste brasileira. A reverberação das vozes dos protestos que afirmavam um despertar e convidavam às ruas parecia contagiosa e possuiu a acústica necessária para que seu som se difundisse sem dispersão, agremiando sentidos contraditórios entre si.

O que unia as pautas em termos de luta pelo transporte público gratuito e de qualidade passou a congregar uma diversidade de pautas espalhadas por uma cartela de demandas que afetam a vida urbana. Todavia, o que implicava em diversidade de agenda, carregava uma prerrogativa de unidade. A polifonia das pautas não dividia, mas unificava um pulso nascido das ruas e capaz de destravar experiências nas/das ruas. E a dinâmica das redes é o elemento aglutinador desse processo.

A complexidade dos sentidos de junho de 2013 residiu na capacidade aglutinadora que o despertar de ondas de protestos em rede promoveu no território nacional, ativando espaços, afetos, sentidos e discursos. A interpolação desses sentidos é partícipe do vertiginoso e desafiador quadro sociopolítico delineado nos anos recentes da história brasileira e que, sem dúvida, as estéticas do gigante desperto ajudaram a decodificar.

As imagens e metáforas que se alternam em descrever ou explicar a sucessão de acontecimentos de junho podem ser enquadradas como uma apoteose de acontecimentos. Participantes, demandas, fatos, meios, táticas e processos se imbricam para produzir um traçado político múltiplo e vertiginoso. O acontecer político dos protestos de 2013 apresentava lumes diferentes na medida em que o olhar se concentrava sobre eles, revelando novos desenhos e rumos. Jornadas caleidoscópicas para sinalizar metamorfoses sociopolíticas do tecido social brasileiro.

Pela curtíssima duração do trânsito dos atos liderados pelo MPL aos atos sem seu controle e com sua consequente superação-ampliação, as escalas múltiplas e o processo transescalar se desenvolveram por meio de certa espontaneidade. Nesse ínterim, adicionaram-se fatos: políticos, pelo trâmite das mobilizações iniciais e pela recepção governamental; sociais, pelo espelhamento solidário de origens diversas e autoidentificadas no terreno relacional; e midiáticas, pela exposição e visibilidade da cobertura e a disputa de sua narrativa.

Referências

Agier, M (2011). *Antropologia da cidade*: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome.

Barros, M. (2014). Os idiomas misturados vindos da rua. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, p.60-66.

Campos Júnior, J. (2014). Não se pode pensar estar fazendo algo diferente quando se aposta no mesmo caminho. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, p.178-185.

Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. 22. ed. Petropólis: Vozes.

Cox, K. (1998). Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography,* 17(1), p. 1–23. DOI: https://doi.org/10.1016/S0962-6298(97)00048-6

Fernandes, E.; Roseno, R. F. (2013). *Protesta Brasil:* das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora.

Folha de S. Paulo. (2013). *Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP.* São Paulo: Grupo Folha, 7 jun. 2013. p. C1.

Fonsêca, D. (2013). *Não dá para não ver*: as mídias nas manifestações de junho de 2013. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert.

Fontanetto, R. M. B.; Cavalcanti, C. C. B. (2016). A cidade em narrativas: jornalismos tradicional e cidadão durante as 'Jornadas de Junho' de 2013 no Brasil. *Chasqui* (Equador), 131, p. 349-362.

Gohn, M. G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo*. Rio de Janeiro: Vozes.

Gohn, M. G. *Manifestações e protestos no Brasil:* correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.

G1. (2013). *Protestos pelo Brasil*. G1 Brasil: 2013. Disponível em http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/. Acesso em: 15 jul. 2022.

Hardt, M.; Negri, A. (2005). *Multitud:* guerra y democracia en el a era del Império. São Paulo: Record.

Holston, J. (2013). *Cidadania insurgente:* disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE. (2011). *Indicadores sociais municipais.* Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica n. 28. Rio de Janeiro: IBGE.

Lima, M. C. (2014). O som e a fúria das ruas. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, p. 117-128.

Mendonça, R. F. (2017). Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 66, p. 130-159. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i66p130-159

Mendonça, R. F.; Bustamante, M. (2020). Back to the future? Changing repertoire in contemporary protest. *Bulletin of Latin American Research*, 39(3). DOI: https://doi.org/10.1111/blar.13087

Mondaini, M. (2014).O especialista e os protestos de junho: a edição da cacofonia das ruas. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Editora do Organizador, p.32-40.

Novaes, W.; Manso, B. P.; Solano, E. (2014). *Mascarados*: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial.

O Estado de S. Paulo. (2013). P*rotesto contra alta de tarifa para o centro de SP.* São Paulo: Grupo Estado, 7 jun. 2013. p. 1.

O Globo. (2013). *Protestos contra aumento de ônibus em quatro capitais.* Política. São Paulo: Grupo Estado, 7 jun. 2013. p. 1.

Ricci R., Arley, P. (2014). *Nas ruas:* a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento.

Santos, G. S. (2017). *#Vemprarua:* territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. 178f, Montes Claros, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

Santos, G. S. (2021). *Espaços de insurgência e citadinidade:* novas práticas, performances, estéticas e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das Jornadas de Junho. 303f, Montes Claros, 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

Santos, G.; Cunha, M. G. C. (2018a). As territorialidades insurgentes do gigante desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas dinâmicas territoriais. *Revista do Departamento de Geografia*, 35, p. 37-4. DOI: https://doi.org/10.11606/rdg.v35i0.143685

Santos, G. S.; Cunha, M. G. C. (2018b). Entre protestos e fluxos: rede e escala nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. *Elisée – Revista de Geografia da UEG*, 7(1), p. 70-84.

Scherer-Warren, I. (2014). Manifestações de rua no Brasil em 2013: encontros e desencontros na política. *Cadernos CRH*, 17(71), p. 417-431. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012

Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP,* 97(3), p. 23-40. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira.* Rio de Janeiro: LeYa.

Souza, J. (2016). *A radiografia do golpe.* Rio de Janeiro: LeYa.

Souza, M. L. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Torinelli, M. C. (2015). *A máscara e a multidão: e*nquadramentos dos Anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. 201f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba.

Recebido em 27/08/2024. Aprovado em 26/08/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.